



Anais da Assembléia

Nº 54

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 26 DE MAIO DE 1.978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1.978.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Lúcio Machado.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpellini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem n.º 63/78

Curitiba, 23 de maio de 1978

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Auxílio e Cooperação, celebrado em 05 de maio de mil novecentos e setenta e oito, entre o Governo do Estado e o Município de CURITIBA, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC e da Fundação de Assistência aos Municípios — FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras referentes ao projeto de complementação da via de ligação Curitiba/São José dos Pinhais — Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres).

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem n.º 64/78

Curitiba, 23 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 08 de maio de 1978, entre o Estado do Paraná e o Município de CURITIBA, com interveniência da Companhia de Urbanização de Curitiba — URBS, objetivando alocação de recursos para implantação da Cidade Industrial de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem n.º 65/78

Curitiba, 23 de maio de 1978

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que os créditos tributários pertinentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, existentes em 31 de março de 1978, que não tenham sido extintos nos prazos regulamentares e pendentes de regularização, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) dias, na forma que especifica.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 212/78, de 27 de abril de 1978, da Secretaria de Estado das Finanças, diz, com o necessário detalhe, sobre a necessidade, oportunidade e elevado interesse público de que está revestida a medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o plano de lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os créditos tributários pertinentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, existentes em 31 de março de 1978, que não tenham sido extintos nos prazos regulamentares e pendentes de regularização, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) dias contados da data da publicação desta lei, em uma única prestação, na seguinte escala de prazo e com as reduções na multa devida e na correção monetária adiante indicadas:

- I — nos sessenta primeiros dias, 70% (setenta por cento);
- II — do sexagésimo primeiro dia até o nonagésimo dia 60% (sessenta por cento);
- III — do nonagésimo dia até o centésimo vigésimo dia, 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo único. Excluir-se-ão das reduções previstas neste artigo os créditos tributários:

- a) resultantes de multa formais;
- b) cuja falta de extinção decorra das infrações previstas nos itens 6 e 7 do § 1.º do artigo 54 da

Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 2.º — Quando o crédito tributário já tenha sido ajuizado para cobrança executiva o sujeito passivo deverá apresentar comprovante do pagamento das despesas processuais.

Art. 3.º — O pedido do contribuinte deverá ser protocolizado, conforme a escala de prazo e redução escolhidos, até o décimo quinto dia que anteceder ao em que recair o sexagésimo, nonagésimo e centésimo vigésimo dias referidos nos incisos do artigo 1.º.

Art. 4.º — A Secretaria das Finanças expedirá instruções para a execução desta lei.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofícios:

Sob o n.º 1327/78, do Senhor Pedro Arthur Sampaio, Presidente da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR — no qual comunica que deixará a Direção daquela Fundação, para concorrer às eleições de novembro próximo, postulando uma cadeira na Câmara Federal, outrossim agradece aos Senhores Parlamentares pela cordialidade e atenção de que foi alvo durante a sua gestão. —

Ao conhecimento da Casa.

Dos Senhores José Alves Costa e Odécio Rodrigues Presidente e Secretário do Rotary Club de São João do Ivaí, solicitando a instalação de uma Agência do Banco do Brasil S/A. —

—Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Ninger Ovídio Marena. — Sócio efetivo da Ninger Marena, encaminhando a este Poder Legislativo, 1 (um) exemplar da publicação: Apontamentos Para a História do Apucarana.

—Ao conhecimento da Casa.

Emendas:

EMENDA N.º 5

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 177/77

O Art. 35, com dois parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 35 — Após o enquadramento, previsto no artigo anterior, os cargos de Procurador e de Advogados, constantes do Art. 22, serão preenchidos, pelos integrantes da carreira, no critério de merecimento, independentemente de suas atuais classificações.

§ 1.º — Para esse provimento, o Procurador Geral remeterá, ao Governador do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça, dentro de trinta (30) dias, da publicação desta Lei, a competente lista nominal dos classificados, obedecidos, na aferição do mérito, os critérios indicados no Art. 28.

§ 2.º — Os remanescentes, das séries de classes de Advogado, do Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo e dos Quadros Próprios das Autarquias Estaduais, enquadrados, provisoriamente, no cargo de Advogado de 2.ª Classe, ficarão lotados na Procuradoria Geral do Estado, podendo ingressar na carreira de Procurador do Estado, alternadamente, por merecimento e antigüidade, de acordo com o Art. 27, "usque" 32, da presente lei."

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978

(a) Accioly Neto.

Justificativa:

Com essa redação, fica, definitivamente, extinto o concurso interno proposto na Mensagem, por inconseqüente e destituído de qualquer fundamento, eis que viria atingir advogados, todos com mais de vinte anos de serviço, no cargo, grande parte com mais de trinta anos na função e alguns com até quarenta

e cinco anos de serviços, todos, comprovadamente, capacitados a exercer a profissão, porque, a contrário senso, não estariam mais no Quadro da Procuradoria Geral do Estado.

EMENDA N.º 6

AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

O Art. 34 passa a ter a seguinte redação, ficando acrescido de um parágrafo único:

"Art. 34 — Fica assegurado aos atuais Procuradores e Advogados, do Quadro da Procuradoria Geral do Estado e dos Quadros Próprios das Autarquias Estaduais, o direito à classificação, respectivamente, em cargos da carreira de Procurador do Estado de 3.ª Classe e de Advogados de 2.ª Classe, salvo manifestação em contrário, pelo prazo de dez (10) dias, a contar da publicação desta lei.

Parágrafo único. Ficarão, automaticamente, extintos os cargos de Advogado de 2.ª Classe, que se vagarem, até o limite de trinta e cinco (35) cargos, previstos no inciso V, do Art. 22, do Capítulo VI, Seção I."

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Accioly Neto.

Justificativa:

O Art. 34 está a exigir uma nova redação. É que, o texto original abriga um tratamento desigual, e, portanto, obviamente intolerável. Com efeito, na Procuradoria Geral do Estado, Advogados e Procuradores têm as mesmas atribuições e iguais encargos, mas a mensagem propõe, desigualmente, enquadramento automático dos atuais Procuradores no cargo de Procurador de 3.ª classe — com vencimentos assegurados, frisa-se —, ao passo que os Advogados ficam sujeitos à realização de concurso interno, visando à classificação, no restrito quadro proposto. Como medida de equidade e justiça, há que se enquadrar também, provisoriamente, os advogados atuais no cargo de Advogado de 2.ª Classe, até que se processe a classificação definitiva. De outro tanto, pelo parágrafo sugerido, serão extintos, automaticamente, os cargos de Advogado de 2.ª Classe que vagarem por qualquer motivo. Com isso, já se opera uma redução de 35 cargos no Quadro da Procuradoria Geral do Estado.

EMENDA N.º 7

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 177/77

Suprima-se o Art. 45, do Projeto de Lei Complementar n.º 177/77.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

Justificativa:

A presente emenda está em consonância com aquela, que também subscrevi, que visa dar nova redação ao Art. 24, pela qual os integrantes da carreira de Procurador do Estado ficarão sujeitos a uma jornada semanal de trinta e duas e meia (32,5) horas de trabalho. A prevalecer o Art. 45, cuja supressão se propõe, os advogados ficarão privados do direito à percepção de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, extensão de jornada de trabalho prevista no Art. 172, II, da Lei n.º 6174, de 16/11/1960 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado). Haveria, destarte, o mesmo conflito já aludido entre uma regra particular e uma norma geral que trata da matéria.

EMENDA N.º 8

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 177/77

O Art. 24 e seu parágrafo único, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 24 — Os integrantes da carreira de Procurador do Estado terão exercício na Procuradoria Geral, podendo ser designados para prestar serviços jurídicos em órgãos da administração, a juízo do Procurador Geral, e ficarão sujeitos a uma jornada semanal de trinta e duas e meia (32,5) horas de trabalho.

Parágrafo único. Fica vedado o exercício da advocacia particular, aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, respeitados os direitos adquiridos."

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Accioly Neto.

Justificativa:

O Art. 24, com a redação proposta no Projeto, colide com norma geral constante do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado. Com efeito, a jornada normal de trabalho, do funcionário público civil do Estado, é de trinta e duas e meia (32,5) horas semanais, alcançando quarenta (40,0) horas, quando, nela, se inclui o tempo de serviço extraordinário ou na hipótese do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos do Art. 53, § 1.º, da Lei n.º 6174, de 16/11/1970) (Estatuto dos Funcionários Civis do Estado).

Por outro lado, a vedação à advocacia particular, de que trata o texto do parágrafo único, do mesmo Art. 24, vem a ferir direitos adquiridos e, conseqüentemente, desconstitui situações juridicamente consolidadas.

EMENDA N.º 9

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 177/77

Incluem-se, no Capítulo VII — das Disposições Gerais e Transitórias, um artigo e um parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. — O reajustamento dos proventos dos funcionários aposentados nos cargos de Advogado Geral, Sub-Consultores e Procuradores da extinta Consultoria Geral do Estado, será feito, de ofício, na base dos vencimentos do cargo de Procurador de 1.ª Classe.

Parágrafo único — Os advogados aposentados nos níveis 26 e 27, terão seus proventos de inatividade reajustados, de ofício, na base dos vencimentos dos cargos de Advogado de 2.ª e 1.ª Classes, respectivamente."

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Accioly Neto.

Justificativa:

O reajustamento dos proventos, na forma indicada no Artigo e parágrafo único propostos, dos funcionários aposentados nos cargos ali mencionados, constitui medida da mais elementar justiça, pois, apesar de terem prestado relevantíssimos serviços à causa política, percebem vencimentos verdadeiramente irrisórios e incompatíveis com as funções que exerceram. O próprio governo federal tem estendido, aos aposentados, os benefícios decorrentes das alterações das respectivas carreiras, encerrando, assim, honrosamente, episódio idêntico com integrante das carreiras de Diplomata, Procuradores da União e outras.

Dessa maneira, a emenda contém as regras fundamentais que devem reger o tratamento a ser dispensado aos inativos.

EMENDA N.º 10

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 177/77

Suprima-se os Artigos 36 e 47, do Projeto de Lei Complementar n.º 177/77.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Accioly Neto.

Justificativa:

A supressão proposta, dos Artigos 36, 37 e 47, é de decorrência necessária da nova redação sugerida para o Art. 35, pois o texto, em face da modificação, extingue definitivamente o concurso interno para efeito de provimento.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, regi-

me de urgência ao Projeto de Lei n.º 08/78.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com apoio do Plenário, requer REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 62/78, oriundo da Mensagem Governamental 62/78 que fixa pensão ao Doutor Arthur Martins Franco.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata de profundo pesar pelo falecimento da senhora ALEXANDRINA PEREIRA LIMA, ocorrido na cidade de Altônia, no último dia oito.

Requeiro, outrossim, que os familiares sejam comunicados da decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Valter Pietrângelo.

Justificativa:

Mãe de numerosa prole, a Sra. Alexandrina Pereira Lima sempre foi uma das mais nobres damas da comunidade altoniense, exatamente pelo seu grande coração sempre voltado para o bem e o trabalho. Pioneira em Altônia, cidade que ajudou a fundar e construir, e que adotou como lar há mais de 12 anos.

A Sra. Alexandrina Pereira Lima deixa para os seus filhos e netos, um patrimônio imenso e inestimável: retidão de caráter. Para todos os seus familiares, amigos e conhecidos, deixa imorredoura saudade.

Merece nossa reverência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, os Deputados que o presente subscrevem, tendo em vista que o Senhor NEY BRAGA deixará o Ministério da Educação e Cultura no próximo dia trinta, requerem a remessa de TELEX ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, consubstanciado em apelo no sentido de que Sua Excelência proceda o ato maior de sua gestão frente ao MEC, e que todos os paranaenses anseiam: FEDERALIZAR AS UNIVERSIDADES DE MARINGÁ, LONDRINA e PONTA GROSSA, e determinar a formação dos processos necessários para a CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DO OESTE E DO LITORAL DO ESTADO.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

Apoiamentos: Del Ciel, Adalberto Daros e Fidelcino Tolentino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, requer o envio de expediente à Coordenadoria Regional da EBCT — Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitando ampliação do perímetro de entrega a domicílio de correspondência, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

Justificativa:

A Associação Comercial e Industrial de Maringá, atendendo ofício da Presidência da egrégia Câmara Municipal daquela cidade, dirigiu-se à Coordenadoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitando ampliação do perfé-

metro de entrega a domicílio de correspondência.

O pedido foi formulado tendo em vista o enorme crescimento na década presente, com conseqüente aumento de número de domicílios em áreas antes inóspitas, demandando urgentemente esse tipo de serviço.

Como o perímetro postal hoje não mais atende às necessidades do município, é imprescindível sua atualização para acompanhar a realidade de nossa expansão, sobremodo agravada pelo êxodo das populações rurais em direção a centros urbanos.

Esses detalhes, mesmo isolados, justificam plenamente o nosso apoioamento a tão importante melhoramento de que carece a cidade canção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, consubstanciado em apelo, para que seja elevado o número de impulsos gratuitos para fins comerciais, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

Justificativa:

Tecer comentários sobre o espantoso crescimento da cidade de Maringá, como justificativa de qualquer pretensão para medidas que venham atender as necessidades que se avolumam a cada dia que passa e que acompanham paralelamente a evolução de uma comunidade que há poucas décadas surgiu do nada para os parâmetros de uma grande metrópole, seria repetir o óbvio.

Por isso mesmo, fazemos nossas as pretensões da Associação Comercial e Industrial de Maringá, e dos integrantes da egrégia Câmara Municipal, quando se dirigem ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, para solicitar de que as linhas telefônicas usadas para fins comerciais, sofram elevação substancial no limite do número de impulsos gratuitos, que atualmente está estabelecido em noventa.

O pedido fundamenta-se na maior taxa cobrada das linhas com fins comerciais e também no seu maior uso.

Seria justo que as empresas, exatamente por pagarem maior taxa e por usarem mais seus telefones, fosse ampliado o número de impulsos gratuitos, semprejuízos dos demais usuários.

Maringá, uma das primeiras cidades do Estado, realmente merece mais atenção dos poderes públicos responsáveis pelos setores de serviços e a telefonia constitui-se numa das características de inconfundível contribuição.

Reiteramos o nosso pedido, em corroboração ao já formulado pela Associação Comercial e Industrial de Maringá, encaminhado à presidência da companhia de comunicação do Estado, certos de que temos uma vez mais, dado o apoioamento de que a população necessita e espera dos seus representantes neste Poder.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que abaixo subscreve, requer, por entender a existência de possíveis desobediências legais na tramitação e votação da Proposição de Emenda à Constituição número 537/77; FOTOCOPIAS AUTENTICADAS, em duas vias, para fins judiciais, da Proposição referida e de todo o respectivo processo.

Outrossim, não obstante tenhamos solicitado há mais de vinte dias, informamos que continuamos aguardando as fotocópias das Atas das Sessões em que foram aprovadas as Emendas à Constituição, constantes da Proposição n.º 537/77, cujo pedido recebeu o deferimento do Senhor Presidente.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 141/74

Na qualidade de relator do Projeto de Lei n.º 141/74, solicito que o mesmo seja encaminhado, na forma do Art. 26 do Regimento Interno, à Mesa, a fim de ser submetido à consideração do Plenário, requerimento solicitando a anexação do mesmo ao Projeto de Lei n.º 134/75, por versarem ambos sobre o mesmo assunto, o qual seja, a criação do Distrito Administrativo de Iracema, no Município de Formosa d'Oeste, e posteriormente remetidos a esta Comissão, para fins de apreciação.

É o requerimento.

Sala das Comissões, em 05 de abril de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 13/78

De autoria do nobre Deputado Domício Scaramella, o presente Projeto de Lei n.º 13/78, tem por finalidade dispor sobre a contagem do tempo de serviço prestado sob o regime da Lei Federal n.º 3807, de 26/08/60 - Lei Orgânica da Previdência Social, para o funcionalismo público estadual, na forma que especifica.

Em razão da tramitação por esta Casa do Projeto de Lei n.º 30/78, que está sendo apreciado por esta Comissão de Constituição e Justiça, solicito que o mesmo seja encaminhado, na forma do Art. 26 do Regimento Interno, à Mesa, a fim de ser submetida à consideração do Plenário, à anexação dos mesmos, por versarem sobre idêntica matéria.

É o requerimento.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 67/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Rodoviário o asfaltamento que liga o Distrito de Pindorama ao Distrito de Casa Branca, no Município de Xambrê.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Quielise Crisóstomo

Justificativa:

O plano de lei que ora apresentamos, trará sem dúvida, inegáveis benefícios para o nosso Estado e oferecerá aos distritos a opção de trânsito ao progresso da região, trazendo grandes vantagens para a economia do Paraná.

Contamos com o devido apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 68/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Rodoviário, o asfaltamento ligando o Distrito de Boa Esperança ao Distrito de Três Vendas, do Município de Pérola.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Quielise Crisóstomo

Justificativa:

O benefício de que trata o presente projeto de lei, trará grandes vantagens para ambos os distritos mencionados, possibilitando o desenvolvimento dos mesmos e concorrendo grandemente para o progresso do município.

PROJETO DE LEI Nº 69/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instalar um (01) Posto de Micro-ondas em cada um dos Distritos de SANTA ELISA e PINDORAMA, Município de Xambrê.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) Quielse Crisóstomo

Justificativa:

Com a criação do posto de micro-ondas, o que se pretende é proporcionar melhor e efetivo atendimento na área de comunicações nos Distritos de Santa Elisa e Pindorama, Município de Xambrê, situado numa das mais ricas e prósperas regiões do Estado, e que se encontra em dificuldades de entrosamento e atendimento à área populacional.

Contamos com o merecido apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (**Ernesto Gnoato**) Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra a presença, neste Plenário, do Prefeito Municipal de Pérola, Sr. José de Souza e Sr. José Pinheiro, que se fazem acompanhar do Senhor 1.º Secretário, Deputado Quielse Crisóstomo.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Se. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente, a passagem do Ministro General Ney Aminthas de Barros Braga, na direção da Pasta do Ministério da Educação e Cultura, constitui-se numa inexpressividade desoladora para o País mas, principalmente para nós, seus conterrâneos paranaenses, que pensávamos que, pelo menos para o Estado do Paraná, Sua Excelência realizaria uma gestão até certo ponto notável.

O que fez o Sr. Ney Braga na direção do MEC?

Uns conveniões para se construir tantas e quais salas de aula por este Brasil.

O que se contempla no setor educacional da nossa Pátria, a não ser o Governo com essa política a se permitir que o estudante seja espoliado; que cursos e mais cursos abusem dessa forma tão condenável do setor financeiro dos nossos esquecidos estudantes. Faz-se o que se quer, de acordo com a menor, a média, a maior ou gigantesca vontade, de imenso apetite pelo dinheiro, dos cursos que se espalham pelo Brasil, aos milhares.

Por outro lado, o nível educacional, de forma lamentável, cai e caiu, permanentemente, durante a gestão do Sr. Ministro Ney Braga.

E ainda, Srs. Deputados, a remuneração que recebem os nossos professores, realmente, desumana sob todos os aspectos, o retrocesso numa atividade que deveria merecer toda a atenção, toda injeção de recursos de um Governo, realmente competente, o que não ocorreu, infelizmente, nesse período que está a se encerrar.

Pois bem, Srs. Deputados, lamentavelmente, enfatizamos, a trajetória do Sr. Ney Braga na direção dos destinos do Ministério da Educação e Cultura, se revestiu de uma nulidade, de uma permissividade também administrativa, total. E o Paraná assiste e, repito, desalentado, a performance daquele que este Governo da República considera a maior autoridade deste Estado.

O Sr. Ezequias Losso — Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (**Ernesto Gnoato**) Em Questão de Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente. Estamos ouvindo o discurso do nobre Deputado Valter Pietrângelo, e verifi-

camos que o mesmo está ponteadado por diversas expressões menos dignas para um Ministro de Estado, que tem dedicado o seu talento, tem atendido com toda atenção o ensino do Paraná. Pediria que Vossa Excelência mandasse expungir as diversas expressões que consideramos menos dignas.

O SR. PRESIDENTE — (**Ernesto Gnoato**) Asseguro a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Já vou concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

Evidentemente, que muito se falou nesta Casa, sobre a federalização das nossas três universidades interioranas e, toda vez, Sr. Presidente, que as nossas autoridades tocavam neste assunto, a gente recebia informações de que o MEC pretendia criar um tal Conselho Diretivo, deliberativo que ia constituir um fundo econômico para sustentar as nossas três Universidades.

O SR. PRESIDENTE — (**Ernesto Gnoato**) A Presidência lamenta informar a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado e lhe concede mais um minuto.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Vou concluir, Sr. Presidente.

... Envia esta desculpa esfarrapada do MEC e aqui nada se fez para se estruturar realmente este tal de Fundo, este Conselho que eu não sei bem até a definição. Na realidade está aí o Governo do Estado do Paraná, a investir somas astronômicas para sustentar as nossas três Universidades do interior, que a cada ano têm diminuídas as suas chances de ampliar e até de sobrevivência financeira para atender os milhares de estudantes que são atendidos.

Pois bem, Sr. Presidente, concluindo, para se federalizar as nossas três Universidades, bastam dez minutos para que o Sr. Ministro da Educação determine isso. E é por esta razão, Sr. Presidente, que nós propomos um requerimento à Mesa, para que Vossa Excelência envie um telex ao Sr. Ministro Ney Braga, que vai deixar o Ministério no dia 30. Até lá nós temos ainda cinco dias para que Sua Excelência possa, pelo menos, chegar ao Estado que ele pretende governar, por imposição do Governo Central, mostrando uma grande realização: um ato administrativo que realmente merece reverência, merece aplausos de todo o Paraná, que é federalizar as nossas três Universidades do interior. Porque o estudante paranaense está sendo massacrado, aquele que estuda. E milhares estão aí pretendendo estudar, sem ter evidentemente, condições financeiras para tal.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, nós apelamos ao Sr. Ministro para que possibilite a criação das Universidades do Oeste e do litoral do Estado, num telex respeitoso, Sr. Presidente, e que vai aqui também assinado pelos eminentes Deputados Del Ciel, Adalberto Daros e Fidelcino Tolentino. Contamos com a compreensão dos Srs. Deputados para que o Sr. Presidente possa, evidentemente, despachar este telex e que o Sr. Ministro não deixe a direção do MEC sem realizar este ato de grandeza, que será efetivamente o único da sua horrível participação como Ministro de Educação e Cultura. Mas este ato irá consagrar o Sr. Ney Braga como o Ministro paranaense. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**Ernesto Gnoato**) A Presidência pede que se expunjam das notas taquigráficas as ofensas dirigidas pelo Deputado Valter Pietrângelo, ao Sr. Ministro da Educação e Cultura.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É evidente que somente a um estrangeiro, Sr. Presidente, a um estrangeiro fosse permissível na tribuna da Assembléia, desconhecer os méritos de Ney Braga. Naturalmente o Deputado Valter Pietrângelo hoje serviu, segundo a seita espírita, desculpe o termo, mas é o que eles usam quando um ser humano é incorporado por um espírito do outro mundo, serviu de cavalo, incorporou-se algum espírito de um ente estranho à

Nação brasileira, para que o nobre colega e parlamentar, até aqui por nós reconhecido como de certos méritos, como defensor do povo de sua região. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, somente o desespero ao ver a obra, não de um ilustre paranaense, como é Ney Braga, mas de um dos maiores brasileiros, e, diga-se oportunamente, o maior paranaense, que este Estado deu à Nação brasileira. E não fosse somente como Ministro da Educação, mas sobretudo como o Ministro que provou à Nação brasileira, ser o Ministro de maior prestígio diante de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República.

Porque, foi graças à liderança de Ney Braga junto a todo o grupo revolucionário brasileiro, que paranaenses ilustres como Maurício Schullmann, como Carlos Riechibit como Reinold Stephanes, como Honório Hungria e agora, ultimamente, Matos Leão. Paranaenses que sabemos dos seus valores técnicos e administrativos, mas que somente foram lembrados pelo prestígio e pelo vigor da administração, da honesta e rigorosa administração em benefício dos estudantes do Brasil, do Sr. Ministro Ney Braga. Para ouvirmos nesta manhã, para vergonha nossa, Sr. Presidente, o Sr. Valter Pietrângelo pretender - naturalmente justifica-se, por ver suas bases políticas ruindo, porque é Ney Braga que vem ao Governo do Paraná. E até ao sair do Ministério da Educação, provou ao Brasil o seu prestígio junto à Presidência da República, e como disse, ao Grupo Revolucionário brasileiro, porque foi o primeiro Governador escolhido, de todos os Estados da Nação.

Justifica-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, - e só por isso devemos perdoar Valter Pietrângelo, o seu desespero, porque com Ney Braga na liderança política do Estado do Paraná, haveremos de ver esta bancada, pujante bancada arenista desta Casa, evidentemente altamente prestigiada.

E, ao povo do Paraná, o reconhecimento nas urnas de 15 de novembro, pelo que fez Jayme Canet Júnior, discípulo de Ney Braga, pelo que fez Ney Braga pelo Paraná, até hoje, e pelo que fez Ney Braga pelo Brasil, em nome de um grande paranaense que o é.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pelas providências em mandar expungir da ata dos trabalhos de hoje, as expressões inadequadas ao tratamento de um Ministro de Estado.

Realmente, se permanecessem nos Anais, esta Casa estaria se colocando em um nível que não convém. Representa o pensamento do povo. E a maioria dos parlamentares que aqui atuam, certamente não concordam com as mesmas.

Estive fazendo uma verificação rápida em dicionário, sobre o significado de certas palavras que foram empregadas, embora o orador talvez quisesse dar outro sentido, poderiam ser interpretadas num ângulo completamente estranhável para ser admitido por este Poder Legislativo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, falar da atuação do Ministro Ney Braga, acredito ser quase desnecessário, diante do conhecido elenco de providências que adotou frente à Pasta da Educação deste grande País. Foi de sua inspiração, por exemplo, que surgiu o grande plano que está permitindo a milhões de estudantes fazerem seus cursos superiores, o crédito educativo.

Por dezenas de anos, os estudantes de cursos superiores, de menor poder aquisitivo, não tinham condições para pagar as mensalidades, ou para se manter.

Precisou que um paranaense ocupasse aquele cargo, para que este problema fosse devidamente solucionado e, de uma forma tal, que permitirá, no futuro, que outros jovens possam ingressar em cursos superiores para promover o desenvolvimento da Nação, após o período de formação acadêmica.

Por outro lado, observamos milhares de salas de aula que foram construídas com recursos do MEC, como também em outros Estados do Brasil. Nela, milhões de crianças estão estudando, para saírem com adequada formação para as lutas laboriosas, porque o analfabetismo, desgrazadamente, que está se verificando em muitas regiões do Brasil tem sido um dos impedimentos do desenvolvimento.

Por outro lado, se constrói, no Estado do Paraná, centros sociais urbanos, que são verdadeiros monumentos para proporcionar ao povo, condições para um melhor intercâmbio de idéias, prática esportiva, ou grandes reuniões. Aí está a definição da profissão de artista, que até o presente momento não tinha qualquer amparo da lei.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderíamos ir longe, comentando a respeito da atuação deste grande homem, o Ministro Ney Braga.

Não concordamos portanto, com o pronunciamento do ilustre Deputado Valter Pietrângelo, quando pretende colocá-lo em posição que não corresponde à realidade.

Outrossim, o estudante não está absolutamente, sendo massacrado, como afirma o Deputado Valter Pietrângelo.

A administração de Ney Braga foi e é de desenvolvimento, e de notório entendimento. E por isto, não sendo eu dado ao elogio fácil, àqueles que estão ocupando cargos públicos, mas adotando o princípio bíblico "a quem honra, honra", senti-me no dever de dizer que, ele cumpriu como cumpre com a sua obrigação, e merece os aplausos daqueles que vêem com bons olhos o desenvolvimento da Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pedi a palavra para defender o Ministro Ney Braga, mas sim, para fazer justiça.

Talvez o Deputado Valter Pietrângelo haja esquecido que eu fui um dos primeiros Deputados, antes ainda de assumir uma cadeira nesta Casa, a propor, a me juntar com outras vozes deste Estado, pela federalização das Universidades de Maringá, Ponta Grossa e Londrina.

Estive com uma Comissão desta Casa junto ao Ministro Ney Braga, para reivindicarmos por meio de requerimentos, pedidos, apelos, que se concretizassem esta medida. E temos a certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, pelas ponderações feitas pelo Ministro Ney Braga, com quase certeza, que estas federalizações ocorrerão, em futuro bem próximo, talvez. E não podemos, Sr. Presidente, mais, admitir que Deputados como o Deputado Valter Pietrângelo, venham à tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fazer apenas, demagogia. Já estão cansados os nossos ouvidos nesta Casa e já cansou, até, os ouvidos de colegas da bancada do Sr. Valter Pietrângelo, este tipo de atuação político-parlamentar, que aqui, endossando as palavras do grande Deputado Waldenício Barbalho, vem ferir frontalmente a ética parlamentar.

Nós vemos o emprego de palavras, pelo Deputado Valter Pietrângelo, completamente fora de tudo aquilo que se diga moral, ou até, de educação básica. Não podemos admitir que a demagogia pura e simples, venha a reconduzir a esta Casa às nossas custas, aos nossos ouvidos, o Deputado Valter Pietrângelo que, à última sessão - eu cheguei um pouco tarde, estava preso a um outro compromisso - falava até de Cristo que se encontra nesta Casa. Talvez num futuro bem próximo, ele venha a esta Casa propor que se substitua a imagem de Cristo pelo retrato de Alziro Zarur. E não é de estranhar que isto venha a ocorrer.

Por isto, chegou a hora do "basta", a hora do "pare", porque não vamos admitir, daqui para a frente, que se façam espalhafatos, que se faça o que faz o Deputado Valter Pietrângelo, infelizmente representante da minha região, também nesta

Casa.

O Ministro Ney Braga, como todo homem público, merece respeito e merece, sobretudo, que se verifique, a par de suas fraquezas, das suas omissões, também os seus acertos e as suas concretizações em termos de objetivo para o bem comum. E ele os fez, e muito. Ainda ontem, Srs. Deputados, fui ao Teatro Guaíra - Projeto Pixinguinha - onde estudantes de todos os níveis, homens simples e homens abastados estavam a assistir um espetáculo de cultura, dentro de um projeto maravilhoso que se faz neste País, para que a cultura venha realmente ao encontro do povo, a preços módicos, dando chance a que todos, indiscriminadamente, possam aproveitar.

Já falou o Deputado Ezequias Losso, sobre a atuação do Ministro Ney Braga, quanto ao crédito educativo e outros campos, mas, Srs. Deputados, apenas para registrar nesta Casa, desejo dizer que, eu, de hoje em diante, não vou permitir mais a demagogia desenfreada deste já não digo mais ilustre, porque vai ferir um pouco a etiqueta, talvez o decoro parlamentar - do Deputado, pura e simplesmente, Valter Pietrângelo.

Há pouco ele apresenta um requerimento de linhas telefônicas, se não me engano, em Maringá, que já apresentei há quatro dias atrás. Ele faz tudo que aparece na frente dele, para angariar votos para sua reeleição. Não vamos mais permitir, Sr. Presidente, que se ofendam desta tribuna homens públicos deste Estado.

As críticas nós já as fizemos e continuamos a fazer desta tribuna, ao Estado ou à União, quando for necessário, mas com cortesia, com diplomacia, com educação sobretudo, porque educação, Srs. Deputados, nós a trazemos do berço, de nossa formação pessoal. Não podemos aqui permitir que Deputados firam frontalmente esse tipo de atuação. E eu cito aqui um exemplo. O Deputado Dito Lúcio, que se encontra hoje na Mesa, homem que tem feito severas críticas da tribuna, homem que tem feito críticas incisivas e bastante árduas, muitas vezes, mas é homem que mantém sua linha, que mantém o nível de um homem que deve atuar no Parlamento, com educação e respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — **(Ernesto Gnoato)** Consulto à Liderança da Arena sobre se deseja ocupar o espaço de tempo destinado à sua bancada. — **(Declina)** Tendo declinado, consulto à Liderança do MDB, para saber se deseja usar o espaço de tempo destinado à sua bancada. — **(Declina).**

O SR. PRESIDENTE — **(Ernesto Gnoato)** Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda nº 05, ao Projeto de Lei Complementar nº 177/77, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Será anexada ao projeto.

Emendas nºs 06 a 10, ao Projeto de Lei Complementar nº 177/77, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiadas.** Serão anexadas ao projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 178/77, que objetiva conferir ao Poder Executivo, autorização para permutar com o Município de Maringá, área de terras de propriedade do Estado, cuja metragem e características específicas. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 59/77, de autoria do Deputado LINEU TURRA, que inclui no Plano Rodoviário Estadual, para pavimentação asfáltica, a estrada Palmeira - São João do Triunfo - São Mateus do Sul. Com parecer Contrário da C.C.J., por maioria, e Favoráveis da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 135/77 de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que dá nova redação conforme especifica, ao artigo 171, da Lei nº 6174, de 16/11/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado). Com pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, e da C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — **(Ernesto Gnoato)** Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando fotocópias autenticadas, em duas vias, para fins judiciais, da Proposição de Emenda à Constituição nº 537/77, e de todo o respectivo processo. — **Ao Sr. 1º Secretário, para os devidos fins.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alexandrina Pereira Lima, ocorrido na cidade de Altônia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Relator do Projeto de Lei nº 141/74, da Comissão de Constituição e Justiça, constante do expediente, solicitando a anexação do mesmo ao Projeto de Lei nº 134/75, por versarem ambos sobre o mesmo assunto. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de relator do Projeto de Lei nº 13/78, da Comissão de Constituição e Justiça, constante do expediente, solicitando a anexação do mesmo ao Projeto de Lei nº 30/78, por versarem sobre idêntica matéria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 62/78. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — **(Pela ordem)** Gostaria de conhecer a súmula e de que se trata o projeto acima mencionado. **(É procedida a leitura da súmula).**

Em votação. — **Aprovado o requerimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 08/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de sete membros, destinada a apurar "in loco", tendo em vista denúncias trazidas por proprietários de terras localizadas nos Municípios de Cruz Machado, Bituruna e Pinhão, contra a COPEL, de que estariam sendo prejudicados por essa empresa estatal, com referência à indenização de suas terras. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — **(Ernesto Gnoato)** Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — **(Ernesto Gnoato)** Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, requeiro à Mesa, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — **(Ernesto Gnoato)** Defiro.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — **(Ernesto Gnoato)** Pela ordem, concedo a palavra ao Líder do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O presente requerimento se encontra formulado e levado à Mesa e à consideração da Casa desde o dia 12 deste mês, portanto, já há cerca de 15 dias, tendo a sua deliberação protelada e deliberadamente protelada, Sr. Presidente, e com os expedientes regimentais válidos, legítimos, que o próprio corpo parlamentar concorda. A douta bancada da Aliança Renovadora Nacional tem feito por onde esta matéria não possa ser apreciada.

Já há alguns dias, Sr. Presidente, temeroso de que se tratasse de um assunto que pudesse colocar mal esta Assembléia, que pudesse ferir os interesses do Paraná e os interesses dos paranaenses, fui conhecer, Sr. Presidente, a autoria e o objeto da proposta.

Sr. Presidente, ela parte de um dos mais sérios, de um dos mais respeitáveis e de um dos mais experientes Deputados que esta Casa possui. E ninguém, Sr. Presidente, nesta Casa ou fora dela levantará um dedo sequer para estigmatizar a figura sóbria, decente, medida, honesta e altamente paranista do ilustre e eminente Deputado Domício Scaramella.

Poderia agora, depois de tantos anos de mandato, poderia agora depois de tantos anos de vida pública, Domício Scaramella escorregar a propor alguma coisa que ferisse esta Casa, que violentasse o Paraná, Sr. Presidente? O que propõe S. Ex.ª?

Propõe que esta Casa, que como ele também se deve preocupar das coisas do Paraná e das coisas dos paranaenses, formalize uma Comissão de Deputados para analisar, para verificar, para estudar, Sr. Presidente, o que anda se passando em uma região do Estado com relação a atitude de um órgão governamental e que estaria agindo em desfavor do colono, do pequeno proprietário, do agricultor daquela área do Estado.

Protelada, lamentavelmente a deliberação desta Casa.

Andou bem, como sempre andou o Deputado Domício Scaramella; propôs bem, como sempre propôs o Deputado Domício Scaramella.

Lamentavelmente, anda mal e se propõe mal a bancada governista nesta Casa, que por maioria, por quantidade e por expediente, procura solapar a ação parlamentar deste Deputado e, mais do que isso, procura emascular a própria atitude da Assembléia Legislativa do Estado. Triste e lamentável mais este episódio, protagonizado por esta bancada que por majoritária e que por governista, deveria se altear a assunto de somenos, para comandar até as atitudes em favor da nossa gente, em favor do nosso Estado.

Triste e lamentável, Sr. Presidente, que a gente e a população deste canto do Paraná, agredida e violentada nos seus direitos, não possa receber o respaldo dos seus representantes, não possa receber, pelo menos, o estudo, o trabalho dos seus Deputados. Triste e lamentável, Sr. Presidente, que assim se haja, que assim se atue e que por assim se queira ver este Poder Legislativo, mais uma vez, diminuído; mais uma vez acoplado a interesses que não são os nossos, os nossos do Paraná e os nossos dos paranaenses.

Tentou e tenta, o Deputado, que se levante dados, que se conheça elementos, que se busque um estudo para que a Casa proponha uma solução; para que a Casa diga se anda certo o paranaense que ali mora, que ali trabalha, que ali nasceu, ou se anda certa a toda poderosa Copel.

E o caso não fica aí e talvez por isso mesmo, Sr. Presidente, se conheça mais uma vez esse mesmo tipo de atuação. Um dia desses, foi o eminente Deputado Maurício Fruet, num trabalho largo, num trabalho dos mais elogiáveis, a mostrar que estamos a perder, cada dia mais, que estamos a perder cada vez mais, recursos, terras, e condições, nesse Paraná, sem nos vermos ressarcidos, sem nos vermos atendidos. É a própria Comissão de desparanização que alardeia, grita e denuncia o que se pratica nesse Estado, com os olhos vendados da omissão governamental. O Paraná diminuindo, o Paraná minguando. O Paraná tendo de

se retirar de parcelas consideráveis das suas terras, em detrimento do próprio Estado, em detrimento de sua própria gente. E, quando se quer agora, Sr. Presidente, tão só e apenas um estudo, tão só e apenas uma análise, tão só e apenas uma posição, mais uma vez, triste e lamentavelmente, esta bancada que, com tanta coragem, esta bancada que com tanta vibração, com tanta eloquência, há pouco fez desfilar os seus mais ilustres membros por aquela tribuna, na defesa de um homem, não tem a coragem de se altear acima dos partidos, de se altear acima dos interesses, para defender com a mesma firmeza, com a mesma eloquência, os direitos do Paraná, os direitos dos paranaenses.

Sei, Sr. Presidente, que mais uma vez hoje, pelo boicote regimental, a matéria não será aprovada. Como líder de minha bancada, sugirirei, ainda hoje, ao eminente Deputado Domício Scaramella, que não desista do seu trabalho, que não desanime, diante do que aqui se passa. E que use também do expediente regimental, e que transforme a gentileza, a lhanza, a elegância, da sua proposição, que a transforme das benesses e das vontades governistas, para trabalhar pelo Paraná. — **(Sem revisão do orador)**.

O SR. GILBERTO CARVALHO — **(Para encaminhar a votação)**

O SR. PRESIDENTE **(Ernesto Gnoato)** — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — **(Para encaminhar a votação)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estranho a posição do eminente líder, Deputado Enéas Faria, porquanto não estamos tomando posição contrária à iniciativa do eminente Deputado Domício Scaramella.

Deparamos com o pedido da constituição de uma Comissão e creio que teremos condições de informar daquilo que se pretende. E se não tivermos, teremos condições de dar apoio ao que pretende o eminente Deputado Domício Scaramella.

O que não podemos permitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que votem um requerimento com 9 Srs. Deputados presentes na Casa. O eminente Deputado fez referência à nossa bancada majoritária neste plenário.

Hoje, neste plenário, somos minoritários. Estamos pretendendo, unicamente, adiar este requerimento para a próxima semana, quando poderemos ter condições de dar as informações que se pretende.

E, como já afirmei, se não conseguirmos, não tivermos condições, de prestar os esclarecimentos necessários, nós votaremos favoravelmente ao pedido da comissão. Por este motivo, Sr. Presidente, eu requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE **(Ernesto Gnoato)** — **(Procede a verificação da votação)**.

7 Srs. Deputados aprovaram. 2 Srs. Deputados rejeitaram. Não há "quorum" para deliberação, nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 09/78, 16/78, 18/78 e 21/78.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 59 e 135/77.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/78 e de Resolução n.ºs 04/78, 06/78, 07/78, 08/78, 10/78, 13/78 e 14/78.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 307/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2829, de 05 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de WILSON RAMOS, matrícula n.º 137, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II — mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 284, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio compreendido entre 04 de julho de 1973 e 04 de janeiro de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao seu segundo decênio e das férias de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 308/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3578, de 25 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar retificar o Decreto Legislativo n.º 521/67, de 16 de outubro de 1967, para declarar que o tempo de serviço público mandado contar, para todos os efeitos legais por aquele ato em favor de IGNEZ DE OLIVEIRA, matrícula n.º 246, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é de quatro (04) anos, nove (09) meses e vinte e seis (26) dias, compreendido entre 1.º de janeiro de 1954 e 27 de outubro de 1958, e não como consta naquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário